



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA  
CAMPUS AVANÇADO CABEDELO CENTRO

---

**ANEXO V – Declaração de Recebimento de Pensão Alimentícia**

Eu \_\_\_\_\_,  
inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, residente na Rua/Av.  
\_\_\_\_\_  
bairro \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_;

DECLARO que recebo R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) a  
título de pensão alimentícia em favor de  
\_\_\_\_\_(nome do  
filho(a) ou dependente).

Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas  
neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal  
Brasileiro, sujeito a penas de reclusão e multa.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2022.  
Local, data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

\* O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.